

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A AGENDA DE GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA ALEMANHA E DO REINO UNIDO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

International Development Cooperation: Germany and the United Kingdom's Gender and Climate Change Agenda in the Brazilian Amazon

Maria Elisa Huber Pessina

Universidade Salvador (PPGA/UNIFACS); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Salvador/Feira de Santana, BA, Brasil.

Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho

Instituto Federal da Bahia (IFBA); Universidade Federal da Bahia (PGENAM/PPGDC/UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Andréa Silva Azevedo

Programa de Pós-graduação em Energia e Ambiente da Universidade Federal da Bahia (PGENAM/UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Diego da Silva Santos

Universidade Salvador (PPGA/UNIFACS), Salvador, BA, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 27/01/2024

Aceito em 14/02/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p27-48>

Copyright (c) 2024 Maria Elisa Huber Pessina, Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho, Andréa Silva Azevedo e Diego da Silva Santos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

As autoras e autor agradecem o apoio do CNPQ, processo #405846/2021-5.

Como ser citado (modelo ABNT)

PESSINA, Maria Elisa Huber; MOUSINHO, Maria Cândida A. M.; AZEVEDO, Andréa Silva; SANTOS, Diego da Silva. Cooperação internacional para o desenvolvimento: a agenda de gênero e mudanças climáticas da Alemanha e do Reino Unido na Amazônia brasileira. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 27-48, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p27-48>

Resumo

Este artigo é um dos frutos do projeto de pesquisa “Cooperação Internacional e Mudanças Climáticas: os desafios da questão de gênero nas Organizações Internacionais a partir da Amazônia na Agenda 2030”. O estudo examina a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) no âmbito da Agenda 2030 por meio da análise de programas fomentados pela Alemanha e pelo Reino Unido na Amazônia Brasileira. A pesquisa busca identificar, nos referidos programas, interseções entre os ODS 5 e 13, abrangendo os temas igualdade de gênero e ação contra as mudanças climáticas. A metodologia adotada é descritiva, ancorada na revisão bibliográfica e na categorização de ações. O texto explora a estrutura da CID dos dois países, realçando as prioridades intrínsecas às mudanças climáticas. Os resultados indicaram que a Alemanha e o Reino Unido destacam-se como atores proeminentes na agenda ambiental com a Amazônia Brasileira, entretanto, não foram identificados projetos que abordassem diretamente a questão de gênero relacionada à temática das mudanças climáticas. A análise exploratória evidenciou, ainda, aspectos importantes da governança dos programas de cooperação internacional destes países, como a presença dos atores privados constatado em programas desenvolvidos na região.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Bacia Amazônica Brasileira. Mudanças Climáticas. Gênero. Reino Unido. Alemanha.

Abstract

This article is one of the results of the research project “International Cooperation and Climate Change: the challenges of the gender issue in International Organizations from the Amazon in the 2030 Agenda”. The study examines the evolution of International Development Cooperation (ICD) within the scope of the 2030 Agenda through the analysis of ongoing programs promoted by Germany and the United Kingdom in the Brazilian Amazon. The research seeks to identify, in the aforementioned programs, intersections between SDGs 5 and 13, covering the themes of gender equality and action against climate change. The methodology adopted is descriptive, anchored in the literature review and categorization of actions. The text explores the structure of cooperation between the two countries in focus, emphasizing the priorities intrinsic to climate change. The results indicated, *a priori*, that Germany and the United Kingdom stand out as prominent actors on the environmental agenda with specific initiatives in the Brazilian Amazon, however, no projects were identified that directly addressed the gender issue related to climate change. The exploratory analysis also highlighted important aspects of the governance of the SDGs, such as the presence of private actors, found in programs developed in the region.

Keywords: International Cooperation for Development. Brazilian Amazon Basin. Climate changes. Gender. UK. Germany.

INTRODUÇÃO

À medida que o sistema internacional foi se tornando mais globalizado e interdependente, a cooperação entre nações pela manutenção dos bens públicos globais tornou-se um pilar fundamental das relações globais, coexistindo com os reconhecidos interesses em jogo (Sato, 2010). Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ansiava por estabilidade, paz e segurança e, nesse contexto, surgiram as instituições e políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), formando um sistema de assistência econômica externa, no âmbito da Guerra Fria e da necessidade de garantir a segurança global (Schmidt, 2003).

Em 1947, o Plano Marshall marcou o primeiro grande projeto de CID e, em 1949, Harry Truman, em seu discurso de posse como presidente estadunidense, convocou os países ricos a cooperarem com os países ditos subdesenvolvidos, transferindo-lhes conhecimento científico e tecnológico para livrá-los “do atraso e da pobreza”¹.

Desde então, a CID é definida como um conjunto de atuações de caráter internacional, realizadas por atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) e conseguir um progresso mais justo e equilibrado (Ayllón, 2006; OCDE, 2010). Por sua vez, o Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SICD) representa a rede de organizações que promovem ações de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Estas organizações podem ser de diferentes naturezas, orientações e funções, dentre as quais se encontram organismos internacionais intergovernamentais, governos dos países doadores e receptores de ajuda, organizações não governamentais, empresas e outras entidades da sociedade civil (Ayllón, 2006; Martens, 2005).

As agendas do SCID não foram estáticas ao longo da história, pelo contrário, mudaram de acordo com as prioridades de cada período acordadas pelas organizações internacionais e países doadores (Pessina *et al*, 2022). A mais recente é representada pela Agenda do Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), válidos até 2030, que tem suas recomendações no documento “Transformando o

¹ H. Truman, Inaugural Presidential Speech. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/hstpape/point4.htm>>

Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A ordem da Agenda 2030 é promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos “sem deixar ninguém para trás”, incorporando em seu desenho três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental (ONU, 2015). Além da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015 aconteceu também a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que resultou no Acordo de Paris sobre o Clima. Em Paris, os países desenvolvidos comprometeram-se a auxiliar os emergentes em seus planos e estratégias de mitigação e adaptação, mantendo a liderança na mobilização de financiamento climático para além dos esforços anteriores.

É neste contexto que a Bacia Amazônica vem sendo destino crescente de recursos da CID, uma vez que os doadores reconhecem e reforçam a contribuição da região amazônica para a estabilidade climática mundial. A região exerce uma função essencial na regulação do clima global. Sua floresta tropical age como um valioso sumidouro de carbono, absorvendo o CO₂ atmosférico e atuando como um escudo contra os efeitos das mudanças climáticas (Marengo, 2005).

Por sua vez, a Alemanha e o Reino Unido são, historicamente, importantes *players* da Cooperação Internacional para Desenvolvimento e tem uma presença significativa na agenda ambiental global, representando, ao lado da Noruega, os principais doadores para o Brasil (Pessina; Kraychete, 2020).

A Alemanha desempenha um papel ativo na transferência de tecnologias verdes e na capacitação de países em desenvolvimento para lidar com desafios ambientais com investimento previsto para a proteção do clima até 2026 de mais de 200 milhões de euros (Perfil Da Alemanha, 2023). O país concentra esforços na cooperação com países da Bacia Amazônica, visando a preservação da floresta tropical e da biodiversidade. O foco está em uma transição econômica e energética socialmente justa e ecológica, trabalhando em estreita colaboração com países como Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Peru (Affonso; Caetano, 2023).

Por sua vez, ao longo das últimas décadas, o Reino Unido tem se empenhado em estabelecer parcerias multilaterais com as nações da região amazônica, comprometendo-se

em realizar ações conjuntas destinadas a conter o desmatamento ilegal, a exploração insustentável dos recursos naturais e a degradação ambiental (Lockwood, 2013).

A cooperação dos dois países mencionados com a Bacia Amazônica tem sido reconhecidamente importante para enfrentar os desafios relacionados às questões climáticas e a conservação ambiental (Pessina; Kraychete, 2020). Entretanto, pouco se sabe o quanto tais programas incluem a temática da igualdade de gênero, cuja importância da interseção com as questões climáticas vem sendo destacada por diversos autores, principalmente, nos debates sobre justiça climática (Pearse, 2017; Terry, 2009).

Nesse contexto, este trabalho busca identificar os programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Alemanha e do Reino Unido em curso na Bacia Amazônica e como esses programas se relacionam com os temas da mudança climática e gênero, abordando, também, aspectos relevantes de sua governança.

Esse trabalho foi dividido em cinco seções. A primeira seção aborda o tema da CID e da Agenda 2030, com destaque para o ODS 5 e o ODS 13 que tratam de gênero e de clima, com uma subseção sobre o discurso oficial da OCDE sobre a importância da interseção das agendas de Gênero e Mudanças Climáticas. A segunda seção explora as principais características da Alemanha e do Reino Unido como atores relevantes da CID na agenda ambiental. A terceira parte examina a cooperação em curso da Alemanha com a Bacia Amazônica, caracterizando os principais projetos, buscando atentar-se para sua governança e a presença (ou não) do tema de gênero associado à agenda climática. A quarta seção, por sua vez, apresentará os principais programas de cooperação do Reino Unido com a Bacia Amazônica, observando sua governança e se esses programas contemplam conjuntamente os ODS 5 e 13. A última seção traz as considerações finais do trabalho.

No que tange à metodologia, trata-se de um estudo essencialmente descritivo – haja visto a incipiência da discussão no Brasil sobre o tema. Além disso, o trabalho é baseado em uma metodologia pautada na revisão bibliográfica, na pesquisa de dados, na categorização das ações de conservação, de igualdade de gênero e de desenvolvimento sustentável, proporcionando uma visão abrangente da CID na Bacia Amazônica.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A AGENDA 2030

Na expiração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em setembro de 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), os 193 países aprovaram, por aclamação, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos até 2030. Adotando o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos “sem deixar ninguém para trás”. Dessa forma, chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, que podem ser medidas através dos 230 indicadores estabelecidos. Os referidos objetivos envolvem temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas (ONU, 2015a).

Os ODS incorporam elementos inovadores em seu desenho, destaca a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e prioriza a luta contra a pobreza e a fome, com uma forte ancoragem na defesa dos direitos humanos, na igualdade de gênero e no empoderamento feminino. Os elementos inovadores se dão ao se apelar tanto para a redução das desigualdades dentro e entre cada país como elemento primordial quanto para a eliminação de padrões de consumo ambientalmente insustentáveis. Nos ODS há um chamado para que o crescimento econômico seja inclusivo e sustentável, respeitando o planeta e as pessoas mediante uma solidariedade global (Gil, 2018).

No entanto, os ODS são frequentemente criticados por sua excessiva dispersão e por conterem mais exortações do que metas concretas, com suas 169 alíneas (Leite, 2023). Além disso, existe uma distância significativa entre o conteúdo dos documentos e sua efetiva implementação, indicando uma falta de um alvo abrangente que dê unidade e consistência aos ODS (Santos, 2022). Por fim, apesar da mobilização de organizações internacionais, grupos científicos, sociedade civil e setor privado na implementação do desenvolvimento sustentável, a eficácia dos ODS permanece questionável devido a essas limitações estruturais

(Carvalho, 2021). Portanto, embora os ODS sejam uma tentativa inovadora de abordar problemas globais complexos, sua implementação efetiva e coerente continua a ser um desafio significativo.

A Agenda 2030 tem sido realizada através de mecanismos formais e informais: os dos doadores tradicionais - o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD/OCDE); dos países em desenvolvimento - o G-77, os BRICS ou grupos regionais; e de estruturas de governança global, como o G20. Mas a arena central e principal promotora deste "diálogo global" tem sido a ONU, cujo mandato e adesão universal lhe deu claras vantagens em termos de participação e legitimidade nessa Agenda. O principal espaço de acompanhamento é o Fórum Político de Alto Nível dos ODS, que acontece anualmente em Nova Iorque, proposto pelos doadores tradicionais para permitir uma discussão mais aberta e inclusiva. Neles, a agenda dos países ricos para melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento Norte-Sul foi gradualmente relegada à pressão dos países em desenvolvimento e dos atores não estatais (Gil, 2018).

A Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento de Addis Abeba foi o primeiro de três eventos em 2015 que consolidaram o processo de planejamento de novos objetivos comuns para o desenvolvimento mundial sustentável, mais amplos e inclusivos, substituindo os Objetivos do Milênio (ODM). Após Addis Abeba (realizada em julho), ocorreram a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em setembro, onde foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21) em dezembro, que resultou no Acordo de Paris sobre o Clima.

Addis Abeba é considerada um marco para construção da parceria global pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda de Ação de Addis Abeba (AAAA) apela para um conjunto diversificado de atores - governos, empresas, fundações e indivíduos - para mobilizar maiores recursos financeiros para alcance dos ODS, para as quais calculou-se a necessidade de um investimento anual de 2,5 trilhões de dólares. Dentre os resultados da Conferência, destaca-se um pacote de mais de 100 medidas de diversas fontes de financiamento e formas de cooperação, para além da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), em prol da realização das Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015b).

Sobre a governança da Agenda 2030, há uma crítica de articulações da Sociedade Civil à Agenda de Ação de Addis Abeba pelo fato de estar demasiadamente “centrada nos interesses do setor privado, considerado pelo documento como a principal fonte para o desenvolvimento por meio das questionáveis PPP (Parcerias Público-Privada) e dos financiamentos combinados” (GTSCA2030). Outra crítica diz respeito ao foco excessivo na mobilização de recursos domésticos para o desenvolvimento nacional (GTSCA2030; Pessina; Kraychete, 2020).

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) apresentam críticas às propostas que vêm surgindo na direção de transformar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em algo atrativo para a alocação do capital privado e público, em que riscos seriam subsidiados com recursos da AOD. Reivindicam democratização da governança econômica global; o cancelamento de dívidas públicas externas; o estabelecimento de um mecanismo de exercício de dívidas na ONU que arbitraria sobre dívidas insustentáveis e ilegítimas; e pressionam por maior controle e combate aos paraísos fiscais, à especulação financeira e aos abusos tributários de corporações transnacionais (GTSCA2030; SDG_Network, 2020).

Gênero e Mudanças Climáticas: o discurso da OCDE

O relatório "Gender and the Environment" da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aborda a interseção crítica entre as questões de gênero e as mudanças climáticas, destacando como as desigualdades de gênero exacerbam os impactos ambientais e climáticos sobre mulheres e meninas. Ao explorar a interseção entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, que visa a igualdade de gênero, e o ODS 13, que foca na ação climática, o relatório oferece uma análise detalhada de como a integração dessas metas pode promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

A discussão de fundo de tal preocupação manifestada pela OCDE encontra-se na constatação de que os impactos das mudanças climáticas serem amplamente sentidos, mas suas consequências não serem uniformemente distribuídas. Mulheres, especialmente em países em desenvolvimento, são desproporcionalmente afetadas devido a desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas preexistentes. Essas desigualdades limitam sua capacidade de adaptação e resposta aos desafios climáticos, aumentando sua

vulnerabilidade. Portanto, crescem as vozes que defendem que as políticas climáticas incorporem uma perspectiva de gênero para garantir que as necessidades e contribuições das mulheres sejam plenamente reconhecidas e atendidas. Neste sentido, o relatório "Gender and the Environment" enfatiza a importância de coletar dados desagregados por gênero e desenvolver políticas sensíveis ao gênero para abordar essas questões de forma abrangente e eficaz (OCDE, 2021).

O documento lembra ainda que, em muitos contextos, as mulheres dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência e são frequentemente responsáveis pela gestão da água, coleta de lenha e agricultura de subsistência. Com a intensificação dos eventos climáticos extremos e a degradação ambiental, essas tarefas se tornam cada vez mais difíceis e demoradas, agravando a carga de trabalho das mulheres (OECD, 2021). Além disso, as mulheres geralmente têm menos acesso a recursos financeiros, tecnológicos e educacionais que poderiam ajudá-las a adaptar-se às mudanças climáticas (OECD, 2021).

Diante deste contexto, a OCDE defende que a integração de uma perspectiva de gênero nas políticas climáticas é crucial para desenvolver soluções eficazes e equitativas. Em outro documento, a organização defende que as mulheres estão sub-representadas nos processos de tomada de decisão relacionados ao meio ambiente, ocupando apenas 10-20% dos cargos de liderança. No entanto, segundo a OCDE, a inclusão das mulheres em iniciativas climáticas pode resultar em políticas mais inclusivas e sustentáveis, uma vez que elas trazem conhecimentos únicos e experiências diversas, especialmente em comunidades rurais. O documento cita ainda pesquisas que indicam que projetos de conservação e gestão de recursos naturais que envolvem mulheres tendem a ser mais bem-sucedidos e eficazes (OECD, 2022).

Por fim, a organização defende que políticas que promovam a igualdade de gênero, como o empoderamento econômico e a educação das mulheres, podem fortalecer a resiliência das comunidades e melhorar a eficácia das ações climáticas (OECD, 2022). Investir em infraestrutura verde que considere as necessidades das mulheres, bem como em financiamentos sustentáveis que integrem uma lente de gênero, são passos importantes para alcançar uma resposta climática mais justa e equitativa (OECD, 2022).

À luz deste discurso oficial da OCDE, organismo internacional que tem sido responsável por divulgar diretrizes e estatísticas sobre os programas de cooperação

internacional para o desenvolvimento (Pessina, 2017), este estudo levantará como os programas de CID da Alemanha e Reino Unido para a Bacia Amazônica tem relacionado as temáticas de Gênero e Clima para a região.

ALEMANHA E REINO UNIDO: PANORAMA DA CID NA AGENDA AMBIENTAL

Os recentes depósitos de R\$ 192 milhões pela Alemanha bem como a recente injeção adicional de R\$ 500 milhões do Reino Unido no Fundo Amazônia refletem a significativa participação desses países na CID da agenda ambiental (CNN Brasil, 2023).

O volume de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Reino Unido é o terceiro maior em termos absolutos entre os membros da OCDE. O Reino Unido está presente em todas as regiões do mundo, tendo a Ásia e África como principais destinatários. Quanto aos setores, a infraestrutura social/serviços e a ajuda humanitária tem sido os principais focos de sua cooperação. Quem coordena sua Cooperação para o Desenvolvimento é o *Foreign, Commonwealth & Development Office* (FCDO), que visa criar oportunidades de negócio para empresas do Reino Unido e coordena doze departamentos de Estado e dois fundos intragovernamentais na delegação e execução de projetos de ajuda internacional (OCDE, 2020).

Em 2015, o Reino Unido criou o Fundo para a Prosperidade, um fundo governamental anunciado no âmbito da revisão das estratégias de defesa e de segurança. O Fundo para a Prosperidade visa apoiar os ODS e a estratégia de ajuda do Reino Unido (2015 UK Aid Strategy), Promovendo crescimento e prosperidade em países em desenvolvimento; além disso, ele atua na linha do terceiro pilar dos ODS, correspondente à Prosperidade, mais diretamente expressado no oitavo Objetivo Sustentável (Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno produtivo e um trabalho digno para todos).

Dados do último relatório do Fundo para a Prosperidade de 2019², indicam sua atuação em 27 programas em 25 países, com prioridade para México, Brasil, Colômbia, China,

²https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/845419/The_Prosperty_Fund__Annual_Report_2018_19.pdf

Índia, países do Sudeste Asiático e Turquia. Uma avaliação da OCDE (2018) reconheceu o Reino Unido como uma liderança no que tange priorizar a paz e a segurança global e o combate à extrema pobreza na sua CID, assim como no apoio à conduta empresarial responsável e às cadeias de valor sustentáveis.

O Reino Unido foi o pioneiro na declaração de que seria o “governo mais verde de sempre” (Lockwood, 2013, P. 1) e assumiu a liderança nas políticas relacionadas ao ODS 13, estabelecendo a Lei sobre Mudanças Climáticas³ em 2008 (Lockwood, 2013) a qual foi, posteriormente, revisada em 2019 para estabelecer a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2050 (Averchenkova, 2021).

A Alemanha também se destaca globalmente quando o assunto é a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), sendo o segundo maior doador em termos absolutos entre os membros da OCDE. O referido país está presente em todas as regiões do mundo, e assim como o Reino Unido, tem a Ásia e a África como seus principais destinatários. No que tange aos setores de investimento, a energia, governo e sociedade civil têm sido os principais focos da cooperação alemã. Quem coordena a CID na Alemanha é o Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung* - BMZ); quem executa a cooperação técnica é a GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* - GmbH) e a cooperação financeira é executada pelo banco de fomento KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*), responsáveis pela implementação da cooperação bilateral. O KfW é responsável pela execução dos empréstimos e das doações e pelo acompanhamento dos impactos quantitativos e qualitativos dos projetos aprovados. Os acordos de cooperação são firmados preferencialmente entre o BMZ e os ministérios federais responsáveis pela execução interna das contrapartidas no país de destino. No caso do Brasil, se destaca o Ministério do Meio Ambiente como ator institucional com maior interlocução e projetos de cooperação (BMZ, 2020a).

³ A Lei das Alterações Climáticas do Reino Unido destaca-se por ser um dos primeiros e mais notáveis marcos legais nesse domínio. Ela contém diversas inovações que foram, posteriormente, incorporadas em outras legislações semelhantes. Este estatuto visa melhorar a previsibilidade a um maior período de tempo, adotando uma abordagem que combina metas de longo prazo (especificamente os objetivos para 2050) e orçamentos de carbono, de médio prazo, definidos com uma antecedência de 12 anos.

Tanto programas de cooperação técnica quanto de cooperação financeira também podem ser demandados e coordenados pelo BMU (*Bundesministeriums für Umwelt, Naturschutz und Nukleare Sicherheit*), o Ministério Federal do Meio Ambiente, Preservação Natural e Segurança Nuclear, por meio de sua Iniciativa Internacional para o Clima, o IKI (*Internationale Klimaschutzinitiative*). Em abril de 2020 a Alemanha lançou a Reforma Conceitual "BMZ 2030": Repensando - mudança de direção (*Reformkonzept „BMZ 2030": Umdenken – Umsteuern*), cujo objetivo, segundo o governo alemão, seria "utilizar as medidas e recursos da política de desenvolvimento de forma ainda mais estratégica, eficaz e eficiente para enfrentar estes desafios" (BMZ, 2020b, p. 4). O documento traz o que nomina de Novas Prioridades, Novas Parcerias e Nova Forma de Cooperação.

Dentre as novas prioridades, destaca-se a exigência de que os "países parceiros podem e devem fazer mais por si mesmos", na direção de progresso na boa governança, respeito aos direitos humanos e na luta contra a corrupção. Destaca-se também a promoção do investimento privado nos países em desenvolvimento, especialmente por pequenas e médias empresas. Traz ainda como prioridade a promoção do comércio justo e o compromisso "em ancorar e fazer cumprir as normas de sustentabilidade social e ecológica nas cadeias de fornecimento globais e em todos os acordos de livre comércio da UE" (BMZ, 2020b, p. 4). A nova estratégia concentra as prioridades para a implementação da Agenda 2030, identificando cinco "tópicos centrais": manutenção da paz; segurança alimentar; educação e crescimento sustentável; clima e energia; meio ambiente e recursos naturais.

Ainda sobre o supracitado documento, em relação às novas parcerias, o "BMZ 2030" introduz estrategicamente novas categorias de colaboração e o Brasil foi introduzido na categoria de parceiro global, ao lado de apenas outros sete países (Índia, Indonésia, México, Peru, África do Sul, Vietnã, China), com quem o BMZ trabalhará para resolver questões globais do futuro e proteger os bens globais, como o meio ambiente e a proteção climática. Para isso, a Alemanha se utilizará de empréstimos e de contribuições para alavancagem de fundos do mercado (BMZ, 2020b).

A COOPERAÇÃO EM CURSO DO REINO UNIDO COM A AMAZÔNIA BRASILEIRA

O Reino Unido, ao implementar o princípio delineado no Artigo 13 do Tratado de Amsterdã que foi assinado em 1997 e está em vigor desde 1999 no contexto da União Europeia, identificou a necessidade de os Estados-membros desenvolverem mecanismos eficazes para prevenir discriminações com base em diversos fatores, como gênero, raça, origem étnica, credo religioso, deficiência física, idade e orientação sexual. Em 2006, foi aprovada a Lei da Igualdade e, no ano seguinte, instituiu-se uma entidade específica para tratar dessa questão, a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos (Pires, 2019). Nesse contexto, o Reino Unido passa a reconhecer de forma institucionalizada a questão de gênero em suas esferas governamentais, incluindo a área de cooperação internacional.

Indubitavelmente, as mulheres desempenham um papel crucial nas comunidades da região da Bacia Amazônica e frequentemente assumem posições de detentoras e guardiãs do conhecimento histórico das tradições e da rica biodiversidade local. No entanto, também enfrentam vários desafios, como acesso limitado à educação, falta de representação política e obstáculos socioeconômicos que impactam sua capacidade de contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável da região (Giannini, 2023).

Os projetos de cooperação entre o Reino Unido e o Brasil, na Bacia Amazônica, podem ser categorizados em diversas áreas-chave, cada uma delas abordando variados desafios. A relevância estratégica desses projetos reside na compreensão de que a preservação ambiental, a promoção da igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável são elementos intrínsecos, cujo enfoque potencializa os impactos positivos e abrange uma gama ampla de questões críticas, como: conservação ambiental e pesquisa científica; igualdade de gênero e empoderamento das comunidades locais e integração de objetivos e aliança estratégica (Rezende, 2023; Darwin Initiative, 2023; Gov.UK, 2022).

No levantamento dos programas de cooperação em curso com a Bacia Amazônica foram identificados seis projetos em andamento, envolvendo a colaboração de quatro agências distintas que se relacionam ativamente com o Brasil. No período de 2017 a 2024, foram mapeados um total de 83 projetos que envolvem a cooperação entre o Reino Unido e o Brasil. Notadamente, apenas 15 desses projetos direcionam seu foco para a Bacia Amazônica brasileira, e, desses, apenas seis encontram-se, atualmente, em execução (Rezende, 2023; Darwin Initiative, 2023; Gov.UK, 2022).

O Projeto “*We are the forest: beiradeiro training and socio-environmental services*” (2021 a 2024) com orçamento de £370.604,00, tem como foco oferecer capacitação e serviços socioambientais às comunidades ribeirinhas da região da Terra do Meio, no sul da Amazônia brasileira. A iniciativa capacita a juventude local para assumir novos papéis sociais, promovendo a igualdade de gênero e realizando pesquisas interdisciplinares colaborativas para monitoramento territorial. Além disso, reconhece o sistema agroflorestal tradicional, agregando valor aos produtos e aumentando a renda das comunidades locais.

Outro projeto financiado pelo Reino Unido é o “*Developing a Global Biodiversity Standard certification for tree-planting and restoration*” (2022 a 2027) com orçamento de £2.693.374,00. Ele visa criar uma certificação para plantação de árvores e restauração de áreas, aumentando a capacidade local para avaliar os impactos da biodiversidade brasileira. Ele, também, busca orientar o planejamento adequado para promover biodiversidade local, captura de carbono e subsistência.

O terceiro projeto analisado é o “*Low Carbon Agriculture for Avoided Deforestation and Poverty Reduction*” (2016 a 2024) que tem orçamento de £37.420.000,00 e atua nos biomas do cerrado e da caatinga brasileira, com foco na restauração de terras desmatadas e degradadas e nas pequenas e médias empresas agrícolas. O programa aborda as barreiras que os agricultores enfrentam no acesso ao crédito rural, com o objetivo de reduzir a pobreza e o desmatamento.

Outro projeto é o programa “*Land Degradation Neutrality Fund*” (2019 a 2034) com orçamento de £ 10.000.000,00. Ele busca promover parceria público-privada para investimentos sustentáveis na agricultura global, com foco no Brasil. O quinto projeto estudado é o “*Newton International Fellowships*” (2019 a 2023) que tem orçamento de £ 745.739,16 e apoia o desenvolvimento de comunidade científica por meio de intercâmbio de qualificação profissional com uma instituição do Reino Unido e tem foco nos estados brasileiros de Rondônia, Tocantins e Mato Grosso. O sexto projeto “*CLARE - Climate And Resilience Framework Programme*” (2019 a 2027) é um programa de investigação para ajudar os governos e as comunidades dos países em desenvolvimento a enfrentar os desafios e as oportunidades das alterações climáticas para que possam desenvolver uma gestão e recuperação mais eficazes em relação ao risco de catástrofes. Ele tem um orçamento de £ 96.472.014,00 e seus objetivos principais são a igualdade de gênero, o combate as alterações

climáticas (ajuda destinada aos objetivos da Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas – mitigação e adaptação) e a desertificação.

Embora esses projetos tenham enfoques distintos, eles compartilham de uma maneira geral a ênfase na sustentabilidade ambiental, na colaboração interdisciplinar em função das necessidades das comunidades locais. A análise comparativa inicial realizada entre eles ressaltou a complexidade dos problemas enfrentados na região da Bacia Amazônica, reforçando a importância de ações conjuntas para enfrentar os desafios locais que geram cada vez mais implicações globais.

A COOPERAÇÃO EM CURSO DA ALEMANHA COM A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A materialização da preocupação da cooperação alemã com o meio ambiente pode ser demonstrada com o tratamento dado à Bacia Amazônica. A cooperação alemã está envolvida indiretamente de várias maneiras na Amazônia, principalmente, no âmbito do maior programa multilateral do mundo para a proteção da floresta tropical, o PPG7, no qual se investe recursos consideráveis para o fortalecimento dos órgãos ambientais no Brasil, dos governos estaduais da Amazônia e dos municípios há cerca de trinta anos.

Na Amazônia, o trabalho dos movimentos sociais e das ONGs que lutam pelos direitos dos pequenos produtores rurais e dos povos indígenas e pela proteção do meio ambiente, recebem, desde os anos 80, apoio de ONGs alemãs, especialmente do âmbito das eclesiásticas (Pessina, 2017).

A Alemanha está trabalhando em estreita colaboração com Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Peru em uma transição econômica e energética socialmente justa e ecológica. A proteção da região amazônica e de seus recursos naturais é um tema central da cooperação alemã. No Peru, por exemplo, promove o uso sustentável de florestas naturais e o manejo florestal. No Equador, apoia grupos indígenas e organizações de produtores na diversificação e comercialização de produtos como a canela ou a baunilha da região amazônica. Isso aumenta o valor agregado local e gera renda adicional (Brasil, 2023).

O fortalecimento da cooperação regional para a conservação da floresta e da biodiversidade na Amazônia também é uma das principais preocupações do BMZ: há 20 anos existe uma intensa cooperação com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

(OTCA) para proteger a biodiversidade e a floresta tropical. A OTCA estabeleceu a meta de fortalecer a cooperação entre os oito estados da Amazônia. Além disso, há um fundo fiduciário sobre bioeconomia e gestão florestal da Iniciativa Amazônica do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é financiado por vários países. O fundo promove projetos de bioeconomia, conservação florestal e cadeias de suprimentos sustentáveis na região amazônica (Brasil, 2023).

Ao analisar a Cooperação alemã com o Brasil no âmbito da Bacia Amazônica, é perceptível como a Alemanha prioriza que sua cooperação seja feita por meios governamentais e estatais principalmente através da sua agência de Cooperação Internacional (GIZ) e financiados majoritariamente pelo Ministério para Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). Ao analisar a sua cooperação com Brasil, foi possível constatar que todos os projetos vigentes foram financiados pelo BMZ e em parceria com ministérios do governo brasileiros. Desses apenas dois não estavam associados diretamente a um ministério de governo, o que denota uma forte atração alemã com cooperações bilaterais e uma intenção maior de fazer acordos governo para governo.

Existem dois programas que representam exceção a esta governança. O primeiro, “Produção Agroflorestal Sustentável de Cacau na Amazônia e na Mata Atlântica”, que é feito através da parceria com o BMZ com a rede Mondelez (um conglomerado alimentício estadunidense). Esse projeto tem por objetivo aumentar a renda dos pequenos produtores e das pequenas produtoras de cacau em 25%, por meio da melhoria da produtividade em antigas áreas tradicionais de cacau na Bahia e em novas áreas recuperadas com sistemas agroflorestais no Pará.

A segunda exceção é o programa “Três empresas brasileiras promovem ferramentas de rastreabilidade por DNA para madeira na Amazônia brasileira” que, com financiamento do BMZ, busca uma forma de fazer uma rastreabilidade confiável por meio da análise de DNA promovendo a gestão sustentável e legal da floresta tropical brasileira. Esse projeto é feito em parceria com 3 empresas, são elas: Blue Timber Florestal Ltda., GenomaA Biotech Ltda. e a BRFLOR.

Já na transição direta de governo para governo é perceptível uma inclusão maior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA). Com esse ministério a cooperação alemã mantém mais de 3 projetos, “Bioeconomia e Cadeias de Valor” - um

projeto voltado para cooperativas e associações da Amazônia expandirem suas comercializações em cadeias de valor prioritárias da bioeconomia. Outro projeto é o “Regularização ambiental no Brasil - CAR” que colabora com vários parceiros, incluindo Ministério do Meio Ambiente do Brasil, órgãos estaduais de meio ambiente, ONGs e instituições de pesquisa, para realizar campanhas de comunicação e capacitação para implementar a regularização ambiental em diferentes etapas. O referido projeto também se concentra em adequar o processo para populações tradicionais, como quilombolas, e integrar a regularização ambiental em outras políticas públicas. Destaca-se, ainda, o projeto que trabalha para fortalecer as políticas públicas sobre cadeias produtivas sustentáveis e transparentes, o “Transparência e Sustentabilidade em Cadeias Produtivas na Amazônia”.

E, por fim, Alemanha, junto com o governo norueguês, são os principais financiadores do Fundo Amazônia/BNDES. O Fundo Amazônia representa um programa “guarda-chuva” que visa melhorar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais em relação à redução de desmatamento e desenvolvimento sustentável. Formado em 2008, foi o primeiro instrumento de cooperação estabelecido pelo governo Brasileiro a partir de um mecanismo de Financiamento por Resultados (*results-based financing mechanism*), em um regime de redução das emissões de poluentes causadas pelo desmatamento e pela degradação florestas (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* - REDD). O fundo é formado pela cooperação alemã e norueguesa e é gerido pelo BNDES, que aloca os recursos doados em vários projetos que visam a redução do desmatamento da Amazônia, principalmente nas áreas de promoção à produção sustentável, monitoramento e controle dos focos do bioma, planejamento regional para proteção de áreas mapeadas, além da promoção de pesquisas científicas.

Segundo relatório do KFW sobre o Fundo Amazônia, em maio de 2016 mais de 82 projetos já haviam sido realizados, com a participação tanto de instituições governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como de ONG’s. O fundo destinou recursos para ações contra queimadas como a PrevFogo do Ibama; para proteção de áreas de tribos isoladas como a Operação Awá na terra indígena Araribóia; para contrato com a ONG Centro de Trabalho Indigenista para proteção de povos indígenas isolados; para projeto de pesquisa sobre as referências de índios isolados na Amazônia, em parceria com a Funai; para estados amazônicos para implementação do Código Florestal; para monetização ou capitalização da

floresta em pé; para o Bolsa Floresta direcionado a pequenos empreendimentos sustentáveis na floresta com equipamentos, desenvolvimento de produtos, certificações e assistência técnica, dentre outros⁴.

Ainda segundo relatório do KFW, foram contabilizados uma redução da média de desmatamento anual, de 19 mil km² entre 1996 e 2005, para 7,2 mil km² entre 2009 e 2010, o que promoveu a manutenção das contribuições pela Alemanha. Até 2016 o fundo já havia dado suporte à formação de 708 mil hectares em novas áreas de proteção ambiental. Entretanto, em 2019, Noruega e Alemanha paralisaram os repasses para o Fundo Amazônia, após o então ministro do Meio Ambiente do Brasil à época, tentar modificar os mecanismos de gestão do fundo, e acusar supostas irregularidades financeiras em projetos do fundo vinculados a ONG's, sem, no entanto, apresentar nenhuma prova⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 enfatiza a importância da integração dos ODS para o alcance mais efetivo de seus objetivos e, no que tange à sua governança, maior colaboração entre governos e o setor privado. Sobre a relação entre o tema da igualdade de gênero (ODS 5) e a ação climática (ODS 13), não foi encontrado nenhum projeto de cooperação significativo da Alemanha na Bacia Amazônica. Em relação ao Reino Unido, dos seis projetos em curso identificados pela pesquisa, dois têm como parte dos seus objetivos a questão da igualdade de gênero. O projeto "*We are the forest: beiradeiro training and socio-environmental services*" tem conclusão prevista para 2024 e o projeto "CLARE" está previsto para ser finalizado em 2027. Esses programas ressaltam a relação entre igualdade de gênero e ação climática na promoção de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

Na esfera da governança, pôde-se observar a participação do setor privado em dois projetos do governo alemão. Em contrapartida, não foram identificadas iniciativas de colaboração entre o setor privado e o governo do Reino Unido na pesquisa sobre a Bacia

⁴ https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Evaluierung/Ergebnisse-und-Publikationen/PDF-Dokumente-A-D_EN/Brasilien_Amazonienfonds_2016_E.pdf

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/apos-fundo-amazonia-pais-pode-perder-bilhoes-sem-acao-ambiental.shtml>

Amazônica do Brasil. De forma geral, observa-se que os imperativos da Agenda 2030, seja o foco na temática ambiental ou a governança pautada na participação do setor privado, estão fortemente presentes na cooperação alemã e britânica, assim como em sua atuação na Amazônia brasileira. Entretanto, há muito espaço para o fortalecimento da inter-relação entre os ODS nos programas desenvolvidos na região, especialmente entre os ODS 5 e ODS 13.

Além disso, é necessário reconhecer que a interconexão entre os ODS vai além da igualdade de gênero e da ação climática, abrangendo uma ampla gama de questões inter-relacionadas, como nas áreas da saúde, da educação e da justiça social. A abordagem que a Agenda 2030 propõe requer uma análise integrada e multifacetada, buscando soluções que abordem múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável.

Para promover efetivamente a integração dos ODS na vasta e complexa região amazônica, é fundamental estimular e fortalecer parcerias estratégicas entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais. Essas colaborações devem ser marcadas pela transparência, inclusão e participação ativa de todas as partes interessadas, reconhecendo e valorizando a diversidade de conhecimentos e experiências que cada grupo traz consigo. Nesse sentido, o propósito não se limita à simples implementação de projetos isolados, mas sim à construção de uma abordagem colaborativa e integrada que propicie o desenvolvimento sustentável em toda a extensão da Amazônia. Assim sendo, o objetivo não é apenas implementar projetos isolados, mas sim construir uma abordagem colaborativa e integrada que promova o desenvolvimento sustentável de maneira ampla e duradoura na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AL-SHAER, H.; ALBITAR, K.; HUSSAINEY, K. Creating sustainability reports that matter: an investigation of factors behind the narratives. *J Appl Account Res.* 2022;23(3):738-63. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JAAR-05-2021-0136/full/html>. Acesso: 11 nov. 2023.

ALKHANI, R. Understanding private-sector engagement in sustainable urban development and delivering the climate agenda in north-western Europe—A case study of London and Copenhagen. *Sustainability.* 2020;12(20):8431. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/20/8431>. Acesso: 11 nov. 2023.

AVERCHENKOVA, A.; FANKHAUSER, S.; FINNEGAN, J. O impacto da legislação climática estratégica: evidências de entrevistas com especialistas sobre a lei das alterações climáticas do Reino Unido. *Política Clim.* 2021;21(2):251–63. Disponível em: <https://doi-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/10.1080/14693062.2020.1819190>. Acesso: 11 nov. 2023.

BRASIL. Embaixada da Alemanha no Brasil. A Alemanha está trabalhando em estreita cooperação com os países da bacia amazônica, especialmente o Brasil, no que diz respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://brasil.diplo.de/br-pt/noticias/-/2611072#:~:text=A%20Alemanha%20est%C3%A1%20trabalhando%20em,um%20tema%20central%20da%20coopera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 out. 2023].

BWIRE, V. O CORREIO DA UNESCO. Energia solar: mudando vidas no campo. França, 2019.

CARVALHO, J. A. de. Eficácia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um estudo crítico. *Revista de Sustentabilidade*, v. 12, n. 3, p. 45-59, 2021.

CLUBE DE ENGENHARIA. Pandemia prejudicou avanços nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. 2022. Disponível em: <https://engenhariaemrevista.com.br/artigo/pandemia-prejudicou-avancos-nos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>. Acesso: 11 nov. 2023.

DARWIN INITIATIVE. Darwin initiative main annual report template 2023. 2023. Disponível em: <https://www.darwininitiative.org.uk/project/DAR28011/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DEVELOPING A GLOBAL BIODIVERSITY STANDARD CERTIFICATION FOR TREE-PLANTING AND RESTORATION. Darwin Initiative, 2023. Disponível em: <https://www.darwininitiative.org.uk/project/DAREX001/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FONSECA, L.; CARVALHO, F. The reporting of SDGs by quality, environmental, and occupational health and safety-certified organisations. *Sustainability*. 2019;11(20):5797. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/20/5797>. Acesso: 11 nov. 2023.

GIANNINI, R.; GODOY C.; INSTITUTO IGARAPÉ. Desafios e Recomendações para a Amazônia a Partir da Voz de Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2023.

GOV.UK. CLARE - Climate and resilience framework programme. 2022. Disponível em: <https://devtracker.fcdo.gov.uk/projects/GB-GOV-1-300126/summary>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOV.UK. Land degradation neutrality fund. 2021. Disponível em: <https://devtracker.fcdo.gov.uk/projects/GB-GOV-7-PO009-LDN/summary>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOV.UK. Low carbon agriculture for avoided deforestation and poverty reduction - phase 2. 2021. Disponível em: <https://devtracker.fcdo.gov.uk/projects/GB-GOV-7-ICF-PO013-LCP2/summary>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *J Clean Prod.* 2013;59:5-21. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652613004654>. Acesso: 11 nov. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (EDS.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso: 11 nov. 2023.

IONAȘCU, E.; MIRONIUC, M.; ANGHEL, I.; HUIAN, M. The involvement of real estate companies in sustainable development—An analysis from the SDGs reporting perspective. *Sustainability.* 2020;12(3):798. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/3/798>. Acesso: 11 nov. 2023.

LEITE, M. P. A dispersão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise das 169 alíneas. *Estudos de Política Ambiental*, v. 8, n. 1, p. 22-37, 2023.

LOCKWOOD, M. The political sustainability of climate policy: The case of the UK Climate Change Act. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 5, p. 1339-1348, out. 2013.

LOZANO, R.; HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *J Clean Prod.* 2011;19(2-3):99-107. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652610000156>. Acesso: 11 nov. 2023.

MARENGO, J. A. Características e variabilidade espaço-temporal do orçamento hídrico da bacia do rio Amazonas. [s.l: s.n.].

NEWTON ADVANCED FELLOWSHIPS 2020/21 - BRAZIL. UK - Department for Business, Energy and Industrial Strategy (BEIS), 2023. Disponível em: https://devtracker.fcdo.gov.uk/projects/GB-GOV-13-NEWT-AMS_BRA_NAF0012/summary. Acesso em: 12 jun. 2023.

NIHATARA, A. AGÊNCIA BASIL. Pandemia causou retrocesso de 27 anos no combate à pobreza na América. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/pandemia-causou-retrocesso-de-27-anos-no-combate-pobreza-na-america>. Acesso: 11 nov. 2023.

OCDE (2020). <http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-topics/Aid-for-CSOs-2020.pdf>

OCDE (2021). Gender and the Environment Building Evidence and Policies to Achieve the SDGs. OECD, 2021.

OCDE(2022). Supporting Women's Empowerment through Green Policies and Finance. OECD Environment Policy Paper No. 33. Paris: OECD Publishing, 2022.

PEARSE, Rebecca. Gender and climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 8, n. 2, p. e451, 2017.

PESSINA, Maria Elisa Huber. O não governamental na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento após 1990: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Edufba, 2017.

PESSINA, M. E. H.; KRAYCHETE, E. S. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pós-2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras. Recuperado de <http://www.pad.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Estudo-cooperac%CC%A7a%CC%83o-rev.-final.pdf>, 2020.

PESSINA, Maria Elisa Huber et al. Cooperação internacional para o desenvolvimento e financiamento externo para o Brasil: uma macroanálise do período entre 2000 e 2020. *Revista de Administração Pública*, v. 56, p. 248-274, 2022.

PERFIL DA ALEMANHA. Pioneira na política climática. 2023. Disponível em: <https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/alemanha-sinopse/pioneira-na-politica-climatica#:~:text=Esta%20lei%20estipula%20que%20a,gases%20com%20efeito%20de%20estufa>. Acesso: 18 nov. 2023.

PIRES, R.; GOMIDE, A.; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA (EDS.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

REZENDE, R. DARWIN INITIATIVE, 2023. 'We are the forest: ' beiradeiro training and socio-environmental services, Amazonia. Disponível em: <https://www.darwininitiative.org.uk/project/DAR28011/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS, R. S. Implementação dos ODS: desafios e perspectivas. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, p. 78-92, 2022.

TERRY, Geraldine. No climate justice without gender justice: an overview of the issues. *Gender & Development*, v. 17, n. 1, p. 5-18, 2009.

Dados de autoria

Maria Elisa Huber Pessina

Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Salvador (PPGA/UNIFACS) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: maria.pessina@animaeducacao.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7255-2301>.

Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho

Professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA), do Programa de Pós-graduação em Energia e Ambiente (PGENAM/UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UNEB). E-mail: mcadmm@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6154-0137>.

Andréa Silva Azevedo

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Energia e Ambiente da Universidade Federal da Bahia (PGENAM/UFBA), Salvador, BA. E-mail: andrea.azevedo@ufba.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8338688609061200>.

Diego da Silva Santos

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Salvador (PPGA/UNIFACS). E-mail: diegosilva1524@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002642972413336>.